

Redução de Danos e Educação

Harm Reduction and Education

Marcelo Sodelli¹

Resumo

A relação entre a área de Educação e o uso de drogas é fortemente atravessada pelos pressupostos proibicionistas. A consequência disso é que os projetos preventivos desenvolvidos no âmbito educacional balizados por esta postura de “guerra às drogas” fracassam, pois não conseguem alcançar o seu principal objetivo: impedir o consumo de drogas (abstinência total). Além de ineficazes, esses projetos preventivos contribuem negativamente para aumentar o estigma e o preconceito ao usuário de drogas, disseminando informações equivocadas sobre esse complexo fenômeno. Assim, o presente artigo tem como objetivo desenvolver um estudo de aproximação da noção de vulnerabilidade e da abordagem de Redução de Danos como novos fundamentos para a área de Educação, reafirmando a importância do rompimento definitivo com os pressupostos proibicionistas.

Palavras-chave: Educação; Prevenção, Redução de danos; Vulnerabilidade

Abstract

The relationship between the area of Education and the use of drugs is strongly crossed by the prohibitionist assumptions. The consequence of this is that the preventive projects developed in the educational field marked by this “war on drugs” posture fail, as they fail to achieve their main objective: to prevent drug use (total abstinence). In addition to being ineffective, these preventive projects contribute negatively to increasing the stigma and prejudice of drug users, disseminating misinformation about the phenomenon of drug use. This article aims to develop a study of the approximation of the notion of vulnerability and the Harm Reduction approach as new foundations for the area of Education, reaffirming the importance of the definitive break with the prohibitionist assumptions.

Keywords: Education, Prevention, Harm reduction, Vulnerability.

Introdução

Embora a perspectiva da Redução de Danos seja mundialmente reconhecida como uma importante estratégia para lidar com os possíveis problemas decorrentes do uso de risco e dependência de drogas, na área da Educação e, especificamente, na área da prevenção primária, esta abordagem ainda não conseguiu se desenvolver. Considerando o cenário nacional, podemos observar que são poucos os projetos preventivos que se balizam na perspectiva de Redução de Danos. Pelo contrário, grande parte

dos projetos de prevenção ainda são fortemente influenciados pela Postura Proibicionista, aquela balizada em máximas como estas: “diga não às drogas” e “guerra às drogas”. Um exemplo disso é o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), desenvolvido pela Polícia Militar desde 1992, presente em todos os estados brasileiros¹.

Entretanto, existem vários estudos que apontam para a ineficácia dos trabalhos preventivos pautados pelo Proibicionismo¹. Essas críticas abarcam tanto o plano teórico quanto o desdobramento prático na área de Educação. Forçoso é admitir que a base teórica da postura

¹ Marcelo Sodelli (msodelli@pucsp.br) é psicólogo, Mestre e Doutor em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professor-pesquisador do curso de Psicologia desta mesma instituição.

proibicionista careça de uma fundamentação mais consistente. Sinteticamente, as principais críticas são: as diretrizes proibicionistas ferem princípios básicos de respeito à liberdade; assume um caráter moral e preconceituoso em relação aos usuários de drogas; preconiza como única alternativa a abstinência total de drogas¹. Como postura educativa utiliza-se do método do amedrontamento, ou seja, parte-se da hipótese de que, ao instaurar o sentimento de medo nos alunos em relação ao uso de drogas, esses ficariam mais propensos a se prevenir. No campo do trabalho prático, a postura proibicionista não consegue alcançar seu principal objetivo: promover e manter a abstinência completa de seu público alvo.

Ainda mais importante do que entender o fracasso da Postura Proibicionista, é ter a clareza de que essa postura de guerra às drogas causa mais danos para as pessoas, do que o próprio consumo de drogas; as estatísticas mostram nitidamente que morrem mais pessoas por consequência da repressão ao comércio (tráfico) de drogas do que efetivamente dos possíveis problemas de saúde gerados pelo uso nocivo das substâncias psicoativas¹. Na verdade, temos que ter a lucidez de que de fato não existe “guerra às drogas”, mas sim, guerra às pessoas e, principalmente, guerra às populações mais vulneráveis, seja pela via do encarceramento massivo, seja pela produção de óbitos (política de genocídio de jovens pobres)¹.

Nesta esteira, se contrapondo à Postura Proibicionista, a abordagem de Redução de Danos vem sendo utilizada como uma importante alternativa para nortear as ações preventivas. Embora não exista um único modo de desenvolver projetos preventivos a partir desta abordagem, é possível identificar quatro diretrizes gerais¹:

- as drogas não são apontadas *a priori*

como algo danoso ou benéfico, mas procura-se compreendê-las sempre na relação com o ser humano;

- as ações são desenvolvidas com base no conhecimento científico;
- o trabalho é realizado sistematicamente com duração de médio ou longo prazo;
- objetiva promover no público alvo o fortalecimento da autonomia e a preconização dos direitos humanos.

Fortalecendo teoricamente a prática de Redução de Danos, temos a noção de vulnerabilidade. Esse constructo teórico vem contribuindo para deixar mais claro o quanto o fenômeno do uso de drogas se dá de forma complexa, revelando a importância de olharmos para três eixos norteadores: o ser humano, as drogas e o mundo.

Partindo deste contexto, o presente artigo tem como objetivo desenvolver um estudo de aproximação da noção de vulnerabilidade e da abordagem de Redução de Danos como novos fundamentos para a área de Educação, reafirmando a importância do rompimento definitivo com os pressupostos proibicionistas.

Noção de vulnerabilidade

O termo vulnerabilidade é originário da área da advocacia internacional dos Direitos Universais do Homem e significa: grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção ou garantia de seus direitos de cidadania². Foram definidos três planos interdependentes de determinação da vulnerabilidade³:

- componente individual: diz respeito ao grau e à qualidade da informação de que os indivíduos dispõem sobre o problema; à capacidade de elaborar essas informações e incorporá-las aos seus repertórios cotidianos de preocupações; e, finalmente, ao interesse e às possibilidades

efetivas de transformar essas preocupações em práticas protegidas e protetoras;

- componente social: diz respeito à obtenção de informações, às possibilidades de metabolizá-las e ao poder de incorporá-las a mudanças práticas, o que não depende só dos indivíduos, mas de aspectos, como acessos a meios de comunicação, escolarização, disponibilidade de recursos materiais, poder de influenciar decisões políticas, possibilidade de enfrentar barreiras culturais, estar livre de coerções violentas, ou poder defender-se delas;

- componente programático: para que os recursos sociais de que os indivíduos necessitam para não se expor ao vírus HIV e se proteger de seus danos sejam disponibilizados de modo efetivo e democrático, é fundamental a existência de esforços programáticos voltados nessa direção.

Podemos resumir a noção de vulnerabilidade ao HIV/aids, definindo-a como:

“...o “esforço de produção e difusão de conhecimento, debate e ação sobre os diferentes graus e naturezas da suscetibilidade de indivíduos e coletividades à infecção, adoecimento ou morte pelo HIV/AIDS, segundo a particularidade de sua situação quanto ao conjunto integrado dos aspectos sociais (ou contextuais), pragmáticos (ou institucionais) e individuais (ou comportamentais) que os põem em relação com o problema e com os recursos para seu enfrentamento” (p.121)⁴.

A noção de vulnerabilidade não deve ser compreendida de maneira binária, unitária e estável. Isto quer dizer que, em uma mesma situação, estamos vulneráveis a alguns agravos e não a outros; o que pode nos deixar vulneráveis sob um aspecto, pode nos proteger sob outro; estamos sempre vulneráveis em diferentes graus e as dimensões e os graus de nossas vulnerabilidades mudam, constantemente, ao longo do tempo.

Vulnerabilidade e a prevenção ao uso de risco e dependência de drogas

O processo de disseminação da droga é decorrente do que se denomina “equação triangular”, isto é, da combinação de três fatores: o produto (droga), o pessoal; e o momento sociocultural. A demanda por drogas seria, para Ayres e colegas⁴, não apenas consequência de sua oferta no mercado, mas de uma procura ativa e deliberada, nem sempre consciente de parcelas crescentes da população, cuja motivação principal se encontra na fuga de cerceamentos múltiplos⁵.

Nesta direção, podemos dizer ainda que as experiências dos usuários de drogas não são empreendidas de forma solitária ou voluntariamente. Eles as realizam no interior de uma história, de um contexto socioeconômico, imersos em momentos socioculturais, vinculados a sistemas familiares e condicionados pela manipulação e apelo da sociedade na qual vivem. A ingestão de drogas funde-se, portanto, com os dados dessa história. O uso de drogas não deve ser entendido como decorrente apenas de mero ato volitivo do indivíduo. Assim, mostra-se evidente a interrelação e a interdependência existentes entre o usuário e o contexto que o circunda.

Pensar nesta teia de vulnerabilidades e nos determinantes socioculturais em relação ao uso de drogas, em nossa sociedade, certamente amplia e torna mais complexa a abordagem deste fenômeno. Devemos evitar, contudo, uma tônica irracionalista e indevidamente simplificadora no tratamento de tais questões⁶. Portanto, no que tange à prevenção ao uso de risco e dependência de drogas, utilizar a noção de vulnerabilidade poderia se tornar uma ferramenta valiosa, ampliando significativamente o modo de compreender e intervir nesta questão, além do que, ganhar mais relevância quando resgatamos a sua origem, no campo dos direitos humanos, que, por sua vez,

confere, ao Modelo de Redução de Danos, argumentos éticos e possibilidades de legitimação para a efetiva implementação. Por isso, a aproximação do Modelo de Redução de Danos e da noção de vulnerabilidade se dá, antes de tudo, no plano da ética, da cidadania e dos direitos humanos.

A compreensão de que ninguém é vulnerável, mas está (no momento) vulnerável, resultante da dinâmica relação entre os componentes individuais, sociais e programáticos, provoca novas reflexões sobre a prevenção ao uso nocivo de drogas, particularmente, em relação a projetos desenvolvidos no âmbito escolar. Se nós entendermos que a vulnerabilidade não é algo estático e pontual, mas dinâmico e contínuo, projetos preventivos pontuais, meramente informativos, terão resultados limitados.

Os principais objetivos da prática preventiva não deveriam ser apenas os de alertar as pessoas sobre algum problema específico, “mas também para que, além disso, respondam de forma a superar os obstáculos materiais, culturais e políticos que os mantêm vulneráveis mesmo quando avisados individualmente”⁴.

Torna-se evidente, então, que os projetos preventivos ao uso de risco e dependência de drogas e que levam em conta a noção de vulnerabilidade deveriam, preferivelmente, ser iniciados já na Educação Infantil ou, pelo menos, no Ensino Fundamental I, para que percorresse toda a vida estudantil até chegar ao Ensino Médio.

Quando nos apoiamos na noção da vulnerabilidade para desenvolver intervenções preventivas, estamos, na verdade, procurando ampliar os horizontes normativos que orientam esta ação, quer dizer, estamos buscando a subsunção do ideal de controle de uma doença (ou comportamento) para dialogar com interesses de natureza estética, emocional, moral, entre outros. Ao

dialogar com outros interesses, sem ser o de controle, o sentido da prática preventiva se modifica, assim como o seu modo de dialogar⁷. Portanto, não é o técnico (professor, psicólogo, médico, etc.) que determinará como o sujeito-alvo (aluno, professor) deverá se prevenir, mas é o próprio sujeito, após intensa reflexão, que se colocará em questão, buscando formas e apoio para reduzir suas vulnerabilidades. É nesse sentido, que entendemos o entrelace da prevenção ao uso de risco e à dependência de drogas com a noção de vulnerabilidade e, mais especificamente no âmbito escolar, na possibilidade da construção permanente de uma rede cuidadora entre o professor e o aluno. Isto nos parece fundamental: prevenção na escola é trabalhar no sentido de construir uma rede cuidadora permanente entre professor e o aluno.

Nesta direção, a aproximação da noção de vulnerabilidade com a problemática do uso de drogas inaugura outra possibilidade de compreensão do trabalho preventivo: em vez da prevenção ao uso de risco e dependência de drogas, podemos propor agora uma nova expressão: ações redutoras de vulnerabilidades ao uso de risco e dependência de drogas⁸.

A expressão “ações redutoras de vulnerabilidades ao uso de risco e dependência de drogas” privilegia o campo do fazer e não somente o do falar. Este é um aspecto fundamental na área da Educação Preventiva, pois denota claramente que trabalhos expositivos, teóricos e pontuais, embora sejam relevantes, não são suficientes para atender à complexidade da relação do ser humano com as drogas.

Por último, esta expressão sinaliza que o trabalho preventivo deveria ter como objetivo reduzir vulnerabilidades ao uso de drogas e não a pretensão de acabar com o uso destas substâncias. Como já discutimos, entendemos que

reduzir vulnerabilidades está no horizonte do possível, enquanto que acabar com as drogas está no horizonte do impossível. Este aspecto ganha um significado fundamental, quando discutimos quais são os elementos que facilitam ou dificultam a apropriação do professor para a tarefa preventiva. Ou seja, qual objetivo preventivo está mais próximo do sentido de educar, a prevenção proibicionista ou a noção de vulnerabilidade?

Redução de Danos e Educação

Sabe-se que a prevenção pode ser dividida em três modos de intervenção¹:

- a prevenção primária, que refere-se ao trabalho feito com pessoas (alunos) que ainda não experimentaram ou que estão na idade em que possivelmente pode-se iniciar o uso de uma droga lícita ou ilícita;
- a prevenção secundária, que tem como objetivo atingir as pessoas que já experimentaram ou que fazem um uso ocasional de drogas, com o intuito de evitar que este padrão de uso se torne problemático ou abusivo (uso habitual);
- a prevenção terciária, que corresponde ao trabalho com usuários que já apresentam problemas (uso problemático, uso habitual), intervenção preventiva que é feita para que eles não cheguem à dependência.

Ao descrever esses três modos de prevenção, poderíamos nos perguntar se seria possível um trabalho de Redução de Danos na prevenção primária? Se a prevenção primária é destinada às pessoas que ainda não tiveram nenhuma experiência com o uso de drogas, questionamos se faria sentido propor um trabalho de Redução de Danos. Se a resposta for positiva, como seria um trabalho de Redução de Danos na escola, considerando um projeto preventivo desenvolvido na Educação Infantil ou no Ensino Fundamental I?

Considerando que o conceito proibicionista está arraigado em nossa cultura educativa por

meio de uma narrativa utilizada largamente no âmbito escolar, resumida no conceito “não pode porque não pode”, uma das principais dificuldades seria não saber qual pressuposto colocar no lugar desta mera proibição. Possivelmente, muitos argumentariam que, se não trabalharmos os conceitos de proibição e abstinência, na prevenção primária, com aqueles que ainda não experimentaram alguma droga, o consumo de drogas iria aumentar consideravelmente na adolescência, correndo-se o risco de perder o pouco controle sobre os jovens que ainda se tem.

A idéia de relacionar a Redução de Danos, como prevenção primária, é para reafirmar a posição de que o objetivo da prevenção não deveria ser o de acabar com o uso de drogas⁹. Logo, trabalhos preventivos que preconizam somente a proibição do tipo “não pode porque não pode”, vêm se mostrando ineficazes no lidar com a problemática do uso de drogas. Por isso, a prevenção deveria, fundamentalmente, assumir a tarefa de intervir na redução dos níveis de vulnerabilidade ao uso nocivo dessas substâncias psicoativas.

Pouco adianta trabalhar, na prevenção primária, orientados pelo objetivo de que o indivíduo nunca utilize drogas, já que sabemos, por meio dos dados epidemiológicos, que a maioria das pessoas experimentará, durante a vida, algum tipo de droga, seja ela lícita ou ilícita. Neste sentido, trabalhar a prevenção às drogas na perspectiva da abordagem de Redução de Danos na prevenção primária é compreender que o melhor caminho para lidar com o fenômeno do uso de drogas não é o de decidir e definir pelos outros quais os comportamentos mais adequados e corretos, mas sim construir, junto com o outro, as possibilidades de escolhas mais autênticas e mais livres, diminuindo vulnerabilidades.

Porém, antes de se pensar em trabalhar na prevenção ao uso nocivo de drogas na escola,

teríamos que aprender a lidar com as representações que as pessoas têm em relação ao tema “drogas”. Salientamos que a representação da maioria das pessoas leigas sobre a questão das drogas está relacionada a aspectos negativos, principalmente, aos sentimentos de medo e impotência¹⁰.

Do mesmo modo, estudos apontam que os sentimentos de medo e impotência também estão presentes na representação dos professores sobre o tema drogas¹¹. Nessas pesquisas, é possível perceber o quanto o modelo preventivo de “Guerra às Drogas” faz parte da vida do educador, dificultando uma compreensão mais integrada da tarefa preventiva ao uso nocivo de drogas e a própria função de ser educador. A Placco e colegas¹¹ explicam que o sentimento de medo do professor está relacionado à possível violência que poderia vir a sofrer por parte das pessoas contrárias ao trabalho de prevenção, como os traficantes e os alunos/usuários de drogas, apontados pelos próprios professores como impedimento deste trabalho.

Esses autores também afirmam que o sentimento de impotência se origina da compreensão do professor sobre a sua falta de competência técnica e de autoridade para lidar com a questão. Esta falta de competência técnica está relacionada com a percepção de que, por mais que trabalhe na prevenção, objetivando a abstinência (como postulam os dois modelos preventivos citados), o uso de drogas continua a crescer na escola em que leciona, acarretando—lhe, assim, o entendimento de sucessivas derrotas, ou seja, de que ele não é capaz de lidar com esta problemática. O outro aspecto relacionado ao sentimento de impotência se refere à competência de autoridade, que, por sua vez, se divide em duas noções: falta de autoridade médica e falta de autoridade jurídica. Assim, podemos resumir que

estas representações sobre as drogas acabam reafirmando, no professor, a posição de que a educação preventiva não faz parte de sua função educativa e que, tanto o modelo da “Guerra contra as Drogas” como o da “Prevenção que Convive com a Diferença”, ao que tudo indica, não vêm oferecendo para o educador um horizonte no qual ele possa encontrar subsídios para superar essas dificuldades¹¹.

Ao considerarmos a trama de sentido que orienta a compreensão do professor, na sua vida profissional, podemos observar que, um dos elementos fundamentais é o conceito de abstinência. Assim, como vínhamos discutindo, se quisermos desenvolver um novo modelo preventivo ao uso nocivo de drogas, é imprescindível revelar ao professor outras possibilidades preventivas além da proibição e da abstinência. É neste ponto, que entra, com sua abordagem diferenciada, o modelo de Redução de Danos. Entretanto, sugerimos também que apenas a desconstrução do conceito de abstinência não é suficiente para que o professor se aproprie da tarefa preventiva. Sustentamos que é essencial propiciar, na formação inicial do professor, a aproximação deste modelo preventivo (Redução de Danos) com uma proposta político-pedagógica afinada com este modo singular de compreender o homem e o mundo. Reconhecemos na pedagogia dialógica e libertadora de Paulo Freire esta possibilidade⁸.

Ao relacionar o Modelo de Redução de Danos à proposta pedagógica dialógica e libertadora de Paulo Freire, estamos oferecendo ao professor muito mais que um modelo preventivo: estamos oferecendo um modelo de educação preventiva. Em outras palavras, que homem desejamos formar e que sociedade pretendemos construir.

Considerações finais

Identificamos, na noção de vulnerabilidade,

oriunda da área de direitos humanos, um terreno fértil para firmarmos um novo objetivo preventivo: reduzir vulnerabilidades ao uso nocivo de drogas. Estabelecemos, assim, um contraponto à abordagem proibicionista, ou seja, em vez de trabalhar a abstinência e a repressão, o sentido da prevenção deveria ser o de promover ações redutoras de vulnerabilidades ao uso de risco e de dependência às drogas.

É nesse sentido que entendemos o entrelaçamento da prevenção às drogas com a noção de vulnerabilidade e, mais especificamente, no âmbito escolar, a possibilidade da construção permanente de uma rede cuidadora entre o professor e o aluno. Desse modo, a noção de vulnerabilidade é compreendida como um elemento fundamental para o trabalho de prevenção.

Em suma, este artigo procura demonstrar a importância da superação do modelo proibicionista, propondo em seu lugar uma compreensão mais realista da relação do homem com as drogas, inaugurando outro paradigma para a tarefa preventiva: a redução dos níveis de vulnerabilidade ao uso de risco e dependência às drogas, trabalho inspirado na proposta de Redução de Danos.

Neste sentido, torna-se fundamental pensar a formação de professores a partir de um continuum. A singularidade da profissão de ser professor exige uma formação que deveria ser sempre cuidada, seja por um processo de uma efetiva supervisão escolar, seja pelo processo da formação continuada.

À luz de toda a discussão realizada neste estudo, consideramos que a formação do professor para o desenvolvimento de ações redutoras de vulnerabilidades ao uso nocivo de drogas na escola deve ser compreendida na sua complexidade, pois a simplificação deste fenômeno vem trazendo conseqüências desastrosas, tanto para

os professores, como para os maiores prejudicados: os alunos.

A insistência em preconizar o modelo proibicionista e da pedagogia do controle, poderá custar a todos nós a perpetuação da inexistência de um autêntico trabalho de prevenção ao uso nocivo de drogas no âmbito escolar. Ou seja, o esquecimento de um dos sentidos mais próprios da educação: reduzir vulnerabilidades...

Referências

1. Sodelli M. Aproximando sentidos: formação de professores, educação, drogas e ações redutoras de vulnerabilidade. [Tese]. Faculdade de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo; 2006.
2. Alves JAL. Os direitos humanos como tema global. São Paulo: Perspectiva; 1994.
3. Mann J., Tarantola DJM, Netter TW. (Orgs). A aids no mundo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ABIA, IMS-UERJ; 1993.
4. Ayres JRCM., França Júnior I, Calazans GJ. Aids, vulnerabilidade e prevenção. II Seminário Saúde Reprodutiva em Tempos de Aids. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, ABIA; 1997. p.20-37.
5. Bucher R. Drogas e sexualidade nos tempos da aids. Brasília: UnB; 1996.
6. Macrae E. A excessiva simplificação da questão das drogas nas abordagens legislativas. In: Ribeiro MM, Seibel SD. (Orgs.). Drogas: hegemonia do cinismo. São Paulo: Ed. Memorial; 1997. p.327-334.
7. Ayres JRCM, França Júnior I.; Calazans G J.; Saletti Filho HCS. Vulnerabilidade e prevenção em tempos de aids. In: Barbosa RM, Parker RG. Sexualidade pelo avesso; direitos, identidade e poder. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, São Paulo: Editora 34; 1999.p.49-72.
8. Sodelli M. Uso de drogas e prevenção: da desconstrução da postura proibicionista às ações redutoras de vulnerabilidade. São Paulo: Via Verita; 2016.
9. Sodelli M, Cavallari C. A Redução de Danos enquanto estratégia para a prevenção ao uso de drogas na escola. In: Seibel S. Dependência em drogas. São Paulo: Atheneu; 2006.
10. Escotado A. História general de las drogas. 3ª ed. Madrid: Alianza; 2000.
11. Placco VMNS, Lima FFT, Sodelli M, Morgado TR P. Representações sociais de professores do Ensino Fundamental sobre drogas: primeiras impressões de uma análise. VI Encontro de Pesquisa em Educação - região sudeste, 2004. Rio de Janeiro; 2004.